



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Av. Carlos Gomes, S/N – Bairro: Arigolândia – Porto Velho (RO) – CEP: 78900-000 – Fone (Fax): 3901.3108
- PROTOCOLO -

**NÃO INCIDÊNCIA DO IPTU – OS PROPRIETÁRIOS OU TITULARES DE
DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS OU PARTES DE IMÓVEIS UTILIZADOS
POR SOCIEDADES FILANTRÓPICAS SEM FINS LUCRATIVOS**

. Formulário XXI

Ilmo. Sr. (a) Secretário (a) Municipal de Fazenda

_____ localizado à rua/av _____ nº.
_____conjunto _____ bloco _____ Qd. _____ bairro
_____, Inscrição Cadastral Imobiliária _____ fone
_____ celular _____, pessoa jurídica de direito _____,

nos termos do artigo 36, IV, da Lei Complementar nº. 199 de 21 dezembro de 2004, que concede **NÃO INCIDÊNCIA DO IPTU – OS PROPRIETÁRIOS OU TITULARES DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS OU PARTES DE IMÓVEIS UTILIZADOS POR SOCIEDADES FILANTRÓPICAS SEM FINS LUCRATIVOS**, vem requerer, respeitosamente a V. Sr.^a, se digne outorgar-lhe a referida não incidência

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Velho, _____ de _____ de _____.

Contribuinte ou Representante Legal
CPF:

➤ Documentos Necessários

XXI. NÃO INCIDÊNCIA DO IPTU – OS PROPRIETÁRIOS OU TITULARES DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS OU PARTES DE IMÓVEIS UTILIZADOS POR SOCIEDADES FILANTRÓPICAS SEM FINS LUCRATIVOS – art. 36, VI da LC 199/04:

- a) Requerimento específico;
- b) Documento comprobatório da propriedade do imóvel;
- c) Atestado de registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ou certificado de entidade de fins filantrópicos expedido pelo CNAS (no caso de entidade de assistência social);
- d) Atos constitutivos;
- e) Estatuto ou ato constitutivo da entidade, registrado em cartório;
- f) Alvará de localização e funcionamento do exercício;
- g) Taxa de abertura de processo, devidamente paga.

➤ OBS:

- a) As cópias de documentação deverão ser acompanhadas das originais para conferência;
- b) A autoridade competente poderá solicitar outros elementos que julgar necessários para a instrução do processo, inclusive visando à comprovação da veracidade das declarações apresentadas.

O cumprimento integral das exigências constantes da presente instrução nº. 005/2009 é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado, cuja inobservância, por parte do requerente, determina o seu respectivo arquivamento.